

## CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Adriana Gomes de Lima <sup>1</sup>  
Sanduel Oliveira de Andrade <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, tem por objetivo escolarizar a parcela da população que não tiveram a oportunidade de concluir o ensino básico dentro da faixa etária considerada ideal. No entanto, para chegar ao patamar que esta modalidade de ensino se encontra atualmente, diversos aspectos históricos e socioculturais perpassaram por este tema. No decorrer do processo histórico, diversas dificuldades surgiram como a falta de recursos e políticas claras do ensino de jovens e adultos, bem como metodologias específicas para atender alunos com distorção idade-série. A falta de profissionais preparados era outro empecilho, pois essa modalidade de ensino era vista como algo voluntário, de caráter solidário, sendo assim, o profissional da educação não recebia proventos financeiros da sua atividade laboral.

Vale salientar que o letramento de jovens e adultos é algo complexo, pois, além do âmbito educacional estão inseridas situações de desigualdade socioeconômica. O perfil deste alunado consistem em indivíduos maduros, já inclusos no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, para manter o sustento de suas famílias. Não obstante a isso, o ensino de jovens e adultos, em tempos remotos, não receberam a atenção devida e não era prioridade para os governos até então. Nos dias atuais, houve uma significativa melhora, contudo algumas práticas ou políticas devem ser revistas para que o processo de inclusão realmente se estabeleça.

Diante do exposto, este artigo de revisão tem por objetivo traçar a evolução história do ensino de jovens e adultos no Brasil.

### METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no período de março a junho de 2019 e consistiu em uma revisão sistemática, pois utilizou como fonte de dados a literatura sobre determinado tema (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Para este levantamento, atentou-se para o uso de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, presentes nas bases de dados indexadas ao portal Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico, bem como monografias, teses e dissertações de instituições de renome. Como critérios de seleção, foram adotados artigos que apresentava especificidade com o tema e a problemática em questão. Foram utilizados artigos com menos de dez anos de publicação, salvo casos específicos, como contexto histórico e evolução da tecnologia ao longo do tempo. Foram excluídos os artigos que não continham relação com os objetivos avaliados, bem como, publicação que não dispuseram seu conteúdo na íntegra.

### HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Alguns pesquisadores, como Strelhow (2010), afirmam que as primeiras práticas de educação de adultos se deram ainda no período colonial, pela Companhia Missionária de Jesus,

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Letras da UNINTER, [prof.adrigomesrn@gmail.com](mailto:prof.adrigomesrn@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador. Doutorando em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [prof.sanduelandrade@gmail.com](mailto:prof.sanduelandrade@gmail.com);

que além da função de catequizar os indígenas, ainda os alfabetizavam em língua portuguesa. Durante o período imperial, o processo de instrução primária fica a cargo das províncias, mas a educação de jovens e adultos era carregada de princípio missionário e caridoso, em outras palavras, consistia em apenas um ato de solidariedade.

Em 21 de abril de 1915 foi formada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, atuando em 20 estados brasileiros. Era predominantemente composto de homens letrados, advogados, médicos e militares no intuito de reduzir drasticamente o número de analfabetos no Brasil. Atuavam juntos poderes públicos federais, estaduais e municipais e na busca de apoio da sociedade civil. Esta organização manteve diversas escolas no intuito de difundir o ensino primário na época mediante doações dos seus sócios. A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo encerrou suas atividades em 1940 com resultados positivos. Nesse período foi decretada a obrigatoriedade do ensino primário no país, promulgada pela Constituição de 1934 e reafirmada com o Estado Novo em 1937 (NOFUENTES, 2008).

No ano de 1942 foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), ampliando o ensino supletivo aos adolescentes e jovens, estabelecendo formas de cooperação financeira das três instâncias administrativas em benefício do ensino (BARRETTO; ARELARO, 1985). Já em 1945, um novo decreto estabeleceu que 25% dos recursos do FNEP fosse destinado para a educação de adolescentes e adultos, a chamada Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) (STRELHOW, 2010). No ano de 1946 foi promulgado o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 onde estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Primário, que previa um curso primário supletivo para aqueles alunos que estava fora da idade escolar. Este curso tinha duração de apenas 2 anos e visava formar um trabalhador minimamente alfabetizado para atender as necessidades do mercado de trabalho na época. No Art. 9º do referido Decreto-Lei descreve a organização da matriz curricular (BRASIL, 1946, p. 113):

- I. Leitura e linguagem oral e escrita.
  - II. Aritmética e geometria.
  - III. Geografia e história do Brasil.
  - IV. Ciências naturais e higiene.;
  - V. Noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar).
  - VI. Desenho.
- Parágrafo único. Os alunos do sexo feminino aprenderão, ainda, economia doméstica e puericultura.

No ano de 1947, foi criado um plano para atender especificadamente o público adulto, o Serviço de Educação de Adultos (SEA) e tinha por objetivo a orientação e a coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos (COSTA, 2006). Em 1952 surge a Campanha de Educação Rural, que como o próprio nome sugere visava mitigar o índice de analfabetismo no meio rural. Já no ano de 1958 foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958). Conforme MEC (sd, p.03),

As campanhas de educação de jovens e adultos ganharam força nessa época, devido à necessidade de aumentar a produção econômica e as bases eleitorais dos partidos, pois se iniciava a redemocratização do país, com o fim do Estado Novo e a integração dos migrantes rurais aos centros urbanos.

No final da década de 50 e início dos anos 60 surgiram vários movimentos sociais em torno da educação de adultos, como por exemplo o Movimento de Educação de Base, criado pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961 e empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sob influência da pedagogia freiriana onde buscava reconhecer e

valorizar o conhecimento popular através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País (BRASIL, 1961).

No ano de 1967, o Governo Federal cria, através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL onde previa sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos, com cumprimento do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, na qual o Ministério da Educação e Cultura ficou responsável por sistematizar suas funções. Dentre alguns pontos interessantes do MOBRAL é possível citar a “Assistência financeira e técnica, para promover e estimular, em todo o país, a obrigatoriedade do ensino, na faixa etária de 7 a 14 anos”. Coleti (2009) afirma que o MOBRAL foi uma das campanhas mais expressivas na educação de jovens e adultos até então implantadas no país.

O MOBRAL promovia a educação a analfabetos de “qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais, em programas que assegurem aferição válida dos resultados”. Para Coleti (2009, p. 04), a questão cerne do MOBRAL era que um cidadão “fosse alfabetizado para facilmente receber as informações e desempenhar corretamente seu papel na sociedade e no desenvolvimento”. O MOBRAL ainda contemplava outros programas como: Programa de Alfabetização Funcional; Programa de Educação Integrada; Programa MOBRAL Cultural; Programa de Profissionalização. Os recursos para financiamento do MOBRAL advinham do percentual da Loteria Esportiva e das deduções do Imposto de Renda (BRASIL, 2005).

Ainda neste período foi oficializado o ensino supletivo, mediante a lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que podiam ser ministrados “em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos” (BRASIL, 1971, p. 6377).

Em seus anos finais, o MOBRAL não estava mais rendendo os resultados esperados, sendo aplicado grandes quantidades de recursos públicos por aluno, tornando assim, o processo ineficiente e caro. Sendo assim, no ano de 1985, foi substituído pela Fundação Educar, pelo Decreto n. 91.980, de 25 de novembro e vinculado ao Ministério da Educação, onde herdou todo o patrimônio material e intelectual do MOBRAL. No Art. 2º do referido decreto estabelece como objetivos da Fundação Educar (BRASIL, 1985, p. 01):

- I - promover a alocação dos recursos necessários à execução dos programas de alfabetização e educação básica;
- II - formular projetos específicos e estabelecer normas operacionais, com vistas a orientar a execução dos referidos programas;
- III - incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino, mediante combinação de recursos didáticos e tecnologias educacionais;
- IV - estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos programas.

Contudo, o estatuto da Fundação Educar só veio no ano seguinte, mediante o Decreto n. 92.374, de 6 de fevereiro de 1986. Em seu Art. 2º estabelece que “a EDUCAR tem como objetivo promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente”.

O grande diferencial da EDUCAR em relação ao modelo anterior foi que os programas de alfabetização de jovens e adultos se deu de forma regionalizada, onde os estados, distrito federal e municípios encaminhavam as demandas para a fundação, tornando o sistema menos centralizado. Souza Junior (2012, p. 51) destaca que.

[...] A ação que a Fundação privilegiava, sem dúvida, as formas indiretas, uma vez que buscava a descentralização das ações, mediante o incentivo, o apoio e o

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

financiamento dos programas de educação de jovens e adultos. Faz-se importante destacar a prioridade de atendimento da Fundação, a qual seria as áreas ou regiões com maior concentração de jovens e adultos analfabetos, mas o atendimento nas áreas rurais e de interior também recebiam recursos necessários para a efetiva oferta de vagas nas turmas de educação básica de jovens e adultos. A Fundação Educar buscava privilegiar as regiões não cobertas pelos órgãos públicos estaduais e municipais e as de clientela potencial, oferecendo apoio aos programas sugeridos e aprovados.

A EDUCAR ainda chegou a elaborar materiais didáticos para serem distribuídos nas escolas públicas de todo o país, entretanto seu uso era opcional e muitas vezes era usado apenas como material complementar. Contudo, apesar da necessidade de atender o alunado adulto, grande parte desse material produzido visava apenas atingir o público infantil. Dentre todas as regiões atendidas, a região Nordeste foi a que mais teve jovens e adultos atendidos pela Fundação (SOUZA JUNIOR, 2012). Em 1990, através do Decreto nº 99.240, de 07 de maio, várias fundações, entre elas, a EDUCAR foram extintas.

No mesmo ano, o Decreto nº 99.519, de 11 de setembro de 1990, instituiu a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). Este Plano foi criado para financiar iniciativas públicas ou privadas de ensino e pretendia reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos 5 anos seguintes, contudo teve apenas 1 ano de duração e não atingiu os objetivos esperados (AGUIAR, 1993).

No ano de 1996 foi estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) através da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualmente em vigor, não obstante várias alterações e inserções ao seu texto original. A LDB garante, em seu Art. 4, inciso VII a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” e no Art. 24 § 2º estabelece que “os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”. A LDB também estabelece que o Poder Público deve viabilizar e estimular a permanência do trabalhador na escola com ações integradas e específicas para a modalidade. A Lei nº 11.741, de 2008, inclusa na LDB ainda destaca que a EJA “deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”. Foi a partir da LDB que a EJA se tornou política de Estado, dando suporte que o aluno melhore suas condições de trabalho e qualidade de vida, já que, deixará de ter a qualidade de “iletrado”.

Em 1997 ainda surge o Programa Alfabetização Solidária (PAS) que atuava mediante parcerias entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), o Conselho da Comunidade Solidária, empresas, universidades e prefeituras (BARREYRO, 2010). No ano de 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, em vigência até os dias atuais. O programa é desenvolvido em todo o território nacional, em regime de colaboração com o Distrito Federal e com cada um dos estados e dos municípios – com atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. Para aderir ao programa é necessário que as secretarias de estado ou municípios assinem o termo de adesão e elabore um Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa) contendo as metas de atendimento e as ações de alfabetização (MEC, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o estabelecimento da educação de jovens e adultos no Brasil se deu de forma lenta e a partir de inúmeros esforços e educadores, juntamente com uma parcela da população que tinha por base a educação como meio de emancipação. Nos dias atuais, a EJA

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

ainda é de suma importância para reduzir o índice de analfabetismo e o quantitativo de cidadãos que não ainda não possui o nível básico de educação. A EJA também se tornou uma ferramenta para inserir o indivíduo no mercado de trabalho, bem como, possibilitando o ingresso em níveis superiores de ensino. Isso tem tornado a EJA como instrumento de inclusão e libertação.

Palavras-chave: Inclusão; Políticas Públicas; Educação.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. **República da Ignorância**: analfabetos no país já somam 60 milhões. 1993. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-577.html>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BARRETTO, E. S. de S.; ARELARO, L. R. G. A municipalização do ensino de 1.º grau: tese controvertida. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 11, n. 1-2, p. 193-210, 1985.

BARREYRO, G. B. O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 38, p. 175-191, Dec. 2010.

BRASIL, C. C. **História da alfabetização de adultos**: de 1960 até os dias de hoje. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Brasília: UCB, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986**. disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92374-6-fevereiro-1986-442863-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99240.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99240.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 99.519, de 11 de setembro de 1990**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99519.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99519.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, v. 4, 1946.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 27 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em 27 jan. 2019.

COLETI, L. M. B. Do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos programas de EJA (educação de jovens e adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas. In: 17º Congresso de Leitura do Brasil. **Anais...**, Campinas, 2009. Disponível em: <[http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_antteriores/anais17/txt-completos/sem02/COLE\\_3895.pdf](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/txt-completos/sem02/COLE_3895.pdf)>. Acesso em: 26 jan 2019.

COSTA, D.M.V. **Lourenço Filho e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no Estado do Espírito Santo em 1947**. 2006. Disponível em: <<http://www.33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT05-6921--Int.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 58-77, 2001.

GEGLIO, P. C.; SANTOS, R. C. As diferenças entre o ensino de biologia na educação regular e na EJA. **Interfaces da Educação**, v. 2, n. 5, p. 76-92, 2015.

MEC. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado (PBA)**. 2017. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/ps-educacao-jovens-e-adultos/ps-pba>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NOFUENTES, V. C. **Um desafio do tamanho da Nação: A campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922)**. Rio de Janeiro, 2008, 163p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PEREIRA, M. L. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. Autêntica, 2017.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. V. 11, n. 1. São Carlos-SP. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, p. 83-89, 2007.

SOUZA JUNIOR, M. R. **A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil**. 2012. 205f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010.